



108 – Advogado Júnior

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Língua
Portuguesa

Informática

Conhecimentos
Específicos

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

LÍNGUA PORTUGUESA

01 - Recentemente, o presidente da Google visitou o Brasil e na oportunidade foi entrevistado pela revista *Época Negócios*. Abaixo estão algumas das perguntas e trechos das respostas. Numere a coluna da direita, associando as respostas com as respectivas perguntas.

- | | |
|---|---|
| 1. Em apenas 15 dias, o Brasil recebeu a visita de dois dos principais executivos do Google. Por quê? | () Da nossa perspectiva, o Brasil ainda é pouco explorado. Não há uso suficiente de internet, redes sem fio, <i>smartphones</i> . Há muitos jovens criativos que estão crescendo aqui e usando novas ferramentas. O Brasil pode crescer mais velozmente que qualquer outro país por cinco ou dez anos. |
| 2. O Brasil tem vantagens em comparação a outros países emergentes? | () Haverá problemas de escala. Também tivemos questões policiais e de regulamentação envolvendo, por exemplo, o Orkut. Resolvemos isso e temos uma ótima relação com o novo governo. |
| 3. E desvantagens? | () Estamos trabalhando para tornar o Google mais social, integrando o conteúdo do Orkut aos nossos serviços, sempre respeitando as questões de privacidade. |
| 4. O que a Google fará para manter a liderança do Orkut no país? | () Como tivemos uma mudança de liderança com a saída do Alexandre Hohagen, queria conversar pessoalmente com os funcionários, pois pretendemos investir tão rapidamente no Brasil quanto o crescimento do mercado permitir. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
 b) 4 – 3 – 1 – 2.
 *c) 2 – 3 – 4 – 1.
 d) 3 – 1 – 2 – 4.
 e) 2 – 4 – 3 – 1.

02 - Considere o seguinte texto:

Antes de Charles Darwin publicar *A origem das espécies*, em 1859, outros naturalistas já defendiam a ideia de evolução. Um desses pioneiros era seu próprio avô, Erasmus Darwin (1731–1802). Outro foi o francês Jean-Baptiste Lamarck (1744–1829), talvez o verdadeiro pai do conceito. No livro *Filosofia Zoológica*, de 1809, ele escreveu: “Variações no ambiente induzem mudanças nos hábitos dos seres vivos, e essas mudanças dão origem a modificações em seus órgãos”.

Lamarck imaginava, porém, que essas modificações aconteciam durante a vida do animal, para depois serem transmitidas à prole. Na verdade, elas são resultado de mutações genéticas – e foi essa a grande sacada de Darwin. “Os indivíduos nascidos com traços que os tornam adaptados têm mais chances de sobreviver e deixar descendentes”, sentenciou o naturalista em sua obra máxima. O naturalista britânico pode até não ter inventado o conceito de evolução, mas criou a ideia de “seleção natural”.

Com base no texto, considere as seguintes afirmativas:

1. Charles Darwin escreveu o livro *Filosofia Zoológica*.
2. Antes de Darwin, Lamarck já havia desenvolvido o conceito de evolução genética das espécies.
3. A diferença entre Charles Darwin e os precursores do conceito de evolução é que ele considerou as mutações do ponto de vista genético.
4. Darwin é o autor do conceito de seleção natural.
5. Lamarck considerou, em seu conceito, que o ambiente mudava os hábitos das espécies, o que gerava sua evolução.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas 2, 4 e 5 são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas 1, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
 *e) Somente as afirmativas 3, 4 e 5 são verdadeiras.

O texto a seguir é referência para as questões 03 e 04.

A relação entre renda e satisfação com a vida é um dos tópicos que mais provocam debates inflamados no contexto da felicidade econômica. Durante muitos anos, a discussão foi dominada pelo Paradoxo de Easterlin, formulado em 1974 pelo economista Richard Easterlin. Ele constatou que, em muitos países, o grau de prosperidade crescente observado não corresponde a aumento no índice de felicidade.

Atualmente, há um conjunto cada vez maior de análises segundo as quais o Paradoxo de Easterlin estaria parcialmente equivocado ou, no mínimo, enganado no que se refere à natureza inequívoca de suas conclusões. Kahneman [Prêmio Nobel de Economia] costuma ficar do lado dos que duvidam das conclusões de Easterlin. Há fortes evidências de que, em muitos países, a elevação do padrão de vida elevou também a satisfação com a vida. Há, porém, um aspecto importante em que Kahneman concorda com Easterlin. “Os salários e os bônus, na verdade, apontam para alguma outra coisa”, diz. “Eles apontam, por exemplo, para o status alcançado pelo executivo”.

[...] É principalmente a mudança na renda relativa que é percebida como coisa extremamente positiva, embora os efeitos de longo prazo de tais mudanças sejam insignificantes. “Portanto, vejo com muito ceticismo que alguém possa se sentir mais motivado por ganhar dez milhões do que meio milhão”, diz Kahneman.

03 - Com base no texto, considere as seguintes afirmativas:

1. Richard Easterlin identificou que, paradoxalmente, dinheiro não resulta em felicidade.
2. A partir de novas análises, outras relações relacionadas ao sucesso e ao dinheiro põem à prova o Paradoxo de Easterlin.
3. Para Kahneman, uma pessoa que ganha um milhão pode ser mais feliz do que alguém que ganha dez milhões.
4. A elevação do padrão de vida em muito países contradiz o Paradoxo de Easterlin, pois, neles, houve também elevação no índice de felicidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- *e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

04 - Nos anos 1970, Leon Eliachar foi reconhecido como um grande autor de textos humorísticos, principalmente de aforismos bem humorados. Identifique, entre os aforismos desse autor apresentados abaixo, aquele que pode ilustrar o Paradoxo de Easterlin mencionado no texto:

- a) Aos domingos os milionários voltam para casa – depois de um exaustivo dia de repouso.
- *b) Um sujeito pobre é o que mora numa cabana, na beira do rio, e passa o dia pescando, para viver. Um sujeito rico é o que vive o ano inteiro dentro de um escritório, para poder passar uma semana numa cabana, na beira do rio, para pescar.
- c) Instrumentista consagrado é o que cobra uma fortuna para tocar em casa de pobre e toca de graça em casa de rico.
- d) Jornalista temido é o que ganha uma fortuna para escrever – e o dobro para não escrever.
- e) O empregado ganha exatamente metade do que ele acha que devia ganhar e o dobro do que o seu patrão acha que ele vale.

05 - Identifique a ordem correta das ideias a seguir:

1. Quando um rapaz de 22 anos, numa festa, diz que trabalha para o Greenpeace e outro diz que trabalha para a Exxon Mobil, as garotas procuram o rapaz do Greenpeace.
2. São trabalhos que remuneram bem – mas não tanto quanto as grandes empresas.
3. Além disso, esse tipo de trabalho torna as pessoas mais interessantes.
4. Hoje, estudantes na Inglaterra e nos Estados Unidos procuram grupos de direitos humanos e organizações como o Greenpeace.
5. Contudo são carreiras apaixonantes, que fazem com que jovens se sintam do lado do bem.

Assinale a alternativa de apresenta a ordem correta das sentenças.

- a) 1 – 3 – 2 – 5 – 4.
- b) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- *c) 4 – 2 – 5 – 3 – 1.
- d) 4 – 3 – 1 – 2 – 5.
- e) 2 – 5 – 1 – 4 – 3.

06 - Considere o trecho a seguir:

O Presidente da Câmara iniciou seu pronunciamento dizendo que já são conhecidas as razões pelas quais não se conseguia encaminhar mais rapidamente aquele processo.

A expressão sublinhada pode ser substituída corretamente por:

- a) nas quais.
- b) porque.
- c) onde.
- d) com que.
- *e) por que.

07 - Anita Roddick foi uma empresária inglesa de sucesso que se tornou ativista ambiental nos anos 80, aliando sua experiência empresarial à de ambientalista. Veja abaixo um trecho de um de seus depoimentos:

Na Inglaterra, a expectativa de vida das mulheres é de 85 anos. A dos homens é sete ou oito anos menos. Cerca de 25% da população tem mais de 65 anos – 17% têm mais de 85. Hoje ter 65 ou 85 anos é muito diferente do que quando eu era criança. As pessoas estão fortes e saudáveis. O que está acontecendo com elas? Na Inglaterra, os homens estão se encasulando, tornando-se mais próximos dos familiares. Já as mulheres estão se tornando cada vez mais radicais. Elas são as propulsoras de todos os movimentos voluntários no país. Estão voltando para as salas de aula e querem ser ouvidas – na comunidade, no ambiente de trabalho, na escola. As mulheres estão polindo suas habilidades e acumulando conhecimento. Veja meu caso. Estou escrevendo livros e fundei a *New Business Academy* para disseminar conhecimento sobre empreendedorismo. Acho magnífico o caminho de disseminar informação, porque a informação que fica com você não leva a lugar algum, apenas transforma-se em arrogância. De certa maneira, todos nós vamos terminar como professores, o que não é nada mau.

(Cyntia Rosenberg. O legado da dama verde. In: *Época Negócios*. 10/2007, p. 68.)

Com base no texto, considere as seguintes afirmativas:

1. O aumento da expectativa de vida tem refletido em mudanças de comportamento das pessoas idosas.
2. O radicalismo político e social, que era associado aos jovens, hoje está nas mãos de pessoas idosas.
3. Os idosos vão, aos poucos, tornando-se professores.
4. As mulheres idosas estão tendo uma maior participação em ações sociais.
5. As mulheres se tornam mais empreendedoras à medida que envelhecem.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 5 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.

08 - Considere o trecho abaixo:

Claro que todo mundo fica triste ou preocupado ao descobrir que uma espécie corre o risco de desaparecer. Mas acredite: evocar a imagem de um animal em extinção não é a melhor forma de preservar a natureza. Quem entende de marketing garante que esse tipo de mensagem não funciona porque carrega uma carga negativa – a ideia de causa perdida, que desestimula a ação prática.

Não que a extinção de espécies deva ser deixada de lado, muito pelo contrário! Mas a prova de que os marqueteiros verdes estão certos, segundo eles mesmos, seriam as pesquisas de opinião que demonstram a insensibilidade geral para esse tema – apesar do bombardeio de mensagens preservacionistas baseadas na extinção. Um levantamento feito em 2010 na Europa revelou que mais de 70% dos europeus acreditam que a perda de biodiversidade é um problema “para o futuro”.

De acordo com o texto, é correto afirmar:

- a) Os ambientalistas insistem nas propagandas utilizando animais em extinção porque pesquisas de opinião demonstraram que os europeus têm preocupação com o futuro.
- b) Para que a conscientização ambiental com relação à preservação da biodiversidade ocorra, é preciso que as propagandas usem a imagem de animais que ainda possam ser salvos.
- *c) A mensagem negativa associada à imagem de um animal em extinção atrapalha a mobilização das pessoas com relação ao tema da preservação da natureza.
- d) Os marqueteiros sabem que a ação prática das pessoas se dá a partir de propagandas positivas, e por isso utilizam o apelo dos animais em risco de extinção.
- e) Considerando a preservação da natureza uma causa perdida, os marqueteiros buscam notícias mais positivas para conseguir o apoio das pessoas.

09 - Considere o seguinte texto:

RESTAURANTE QUÍRON

Restaurante por quilo e petiscaria

Atendemos de 2ª a 6ª, das 11h00 as 14h00

A noite servimos pizza.

Assinale a alternativa que indica corretamente o uso de acento grave na placa desse restaurante.

- a) Atendemos de 2ª à 6ª, das 11h00 as 14h00. À noite servimos pizza.
- *b) Atendemos de 2ª a 6ª, das 11h00 às 14h00. À noite servimos pizza.
- c) Atendemos de 2ª a 6ª, das 11h00 as 14h00. A noite servimos pizza.
- d) Atendemos de 2ª à 6ª, das 11h00 às 14h00. À noite servimos pizza.
- e) Atendemos de 2ª a 6ª, das 11h00 às 14h00. A noite servimos pizza.

10 - Considere o trecho a seguir:

Um julgamento como o da Lei da Ficha Limpa é uma ocasião _____ se testam os limites da justiça brasileira.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- a) cuja a qual.
- b) onde.
- c) aonde.
- *d) em que.
- e) que.

INFORMÁTICA

11 - O conceito “combinação de hardware e software que fornece um sistema de segurança, geralmente para impedir acesso externo não autorizado a uma rede interna ou intranet”, diz respeito a:

- a) switch.
- b) ADSL.
- c) NAT.
- *d) firewall.
- e) access point.

12 - Entre os procedimentos de cópia de segurança no Windows XP, considere o seguinte conceito: “Backup que copia todos os arquivos selecionados, mas não marca cada arquivo como tendo sofrido backup (em outras palavras, o atributo de arquivamento não é desmarcado)”. Essa definição corresponde a:

- a) backup incremental.
- b) backup diferencial.
- c) backup diário.
- d) backup normal.
- *e) backup de cópia.

13 - Considere as seguintes afirmativas sobre memória:

1. Memória RAM permite leitura e escrita, porém perde o seu conteúdo quando o computador é desligado.
2. Memória ROM contém informações que não podem ser modificadas.
3. Memória virtual é um armazenamento temporário usado por um computador para executar programas que precisem de mais memória do que ele tem.
4. Memória cache permite o armazenamento temporário através de uma porta USB.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

14 - Para selecionar células ou intervalos não adjacentes no MS Excell 2003, clique na primeira célula ou intervalo e mantenha pressionada a tecla ____ enquanto clica em outras células ou intervalos.

Assinale a alternativa que preenche adequadamente a lacuna acima.

- a) SHIFT
- *b) CTRL
- c) ALT
- d) ESC
- e) SCROLL LOCK

15 - Considerando o MS Word 2003, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | |
|---------------------------------|----------------|
| 1. Texto em itálico. | () Ctrl+O |
| 2. Abre o menu Substituir. | () Ctrl+E |
| 3. Cria um novo documento. | () Ctrl+U |
| 4. Centraliza o parágrafo. | () Ctrl+I |
| 5. Insere uma quebra de página. | () Ctrl+Enter |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- *a) 3 – 4 – 2 – 1 – 5.
- b) 5 – 1 – 3 – 2 – 4.
- c) 2 – 3 – 5 – 4 – 1.
- d) 1 – 5 – 4 – 3 – 2.
- e) 4 – 2 – 1 – 5 – 3.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 - Sobre a Administração Pública Direta e Indireta no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado, desempenham primordialmente funções atípicas do Estado e não se sujeitam ao controle dos Tribunais de Contas.
- b) A competência para processar e julgar causas que envolvem sociedades de economia mista é da Justiça Federal.
- c) As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica estão sempre isentas do dever de licitar para a contratação de obras, serviços e aquisição/alienação de bens, ao passo que as prestadoras de serviço público encontram-se obrigadas a promover licitação.
- d) Os órgãos públicos se diferenciam das entidades públicas pelo fato de que os primeiros detêm personalidade jurídica, ao passo que as segundas não a possuem.
- *e) As empresas estatais, não obstante a sua personalidade jurídica de direito privado e sua sujeição a diversas normas do regime jurídico de direito privado, têm a sua contratação de pessoal subordinada à realização de concurso público.

17 - Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Com fundamento no poder hierárquico, mediante o exercício da autotutela, o chefe de um órgão público pode revogar os atos dos seus subordinados dos quais decorram vícios de ilegalidade.
- *b) O poder disciplinar consiste na prerrogativa conferida à Administração Pública para apurar irregularidades e aplicar sanções nas relações internas da organização administrativa, sendo imprescindível, em tais casos, a observância dos princípios constitucionais processuais, tais como o contraditório e a ampla defesa.
- c) Através do poder de polícia, um agente público pode restringir a liberdade ou a propriedade de determinado cidadão, ainda que sem previsão legal, em virtude do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) A criação de atos normativos gerais e abstratos por parte do Presidente da República, tais como a medida provisória e o decreto, caracterizam exercício do poder regulamentar típico da função administrativa, sendo vedada, nesses casos, a inovação no mundo jurídico.
- e) Um dos traços que distingue a polícia administrativa da polícia judiciária consiste no fato de a primeira estar voltada precipuamente à regulação de atividades ilícitas dos cidadãos, exercendo uma função repressiva, ao passo que a segunda destina-se primordialmente a regular atividades lícitas, mediante uma função preventiva.

18 - No tocante à contratação direta pela Administração Pública, através dos institutos da dispensa e da inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- a) Cuida-se de hipótese de inexigibilidade de licitação os casos de contratação de serviços técnicos de publicidade e divulgação, quando se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- b) Em havendo inviabilidade de competição, que impeça a realização do processo licitatório, estar-se-á diante de uma hipótese de dispensa de licitação.
- c) Será inexigível a licitação para alienar bens imóveis nos casos de dação em pagamento.
- *d) Haverá dispensa da licitação nas situações de guerra ou grave perturbação da ordem.
- e) Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, a lei confere à Administração uma competência discricionária, facultando-lhe a contratação direta do particular, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

19 - No que tange à teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- *a) Se um ato administrativo está fundamentado em fatos que não ocorreram na realidade, ele será passível de anulação, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, com fulcro na teoria dos motivos determinantes.
- b) A competência do ato administrativo nem sempre é vinculada, podendo haver criação de competências por meio de outros atos administrativos, segundo critérios de conveniência e oportunidade da Administração.
- c) A eficácia do ato administrativo diz respeito à sua conformidade com o direito como um todo, ao passo que a sua validade pressupõe apenas a sua conformidade com a lei em sentido formal.
- d) Os atos administrativos discricionários não podem ser anulados pelo Poder Judiciário, na medida em que compete à Administração Pública praticá-los conforme critérios de conveniência e oportunidade.
- e) Um dos atributos presentes em todos os atos administrativos consiste na autoexecutoriedade, segundo a qual não há a necessidade de a Administração Pública recorrer ao Poder Judiciário para fazer valer seus comandos.

20 - Sobre o tema da extinção e da convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato administrativo que tiver por objeto a convalidação de outro ato, praticado com vício de legalidade, produzirá efeitos *ex nunc*.
- b) O Poder Judiciário poderá revogar os atos administrativos tão somente nos casos que eles tenham sido praticados em desconformidade com o ordenamento jurídico.
- *c) Os atos administrativos maculados de nulidade poderão ser convalidados pelo Poder Público, nas situações em que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, e desde que haja a possibilidade de sanar o vício existente.
- d) A revogação de atos administrativos que geraram direitos adquiridos aos seus destinatários, quando praticada por motivos de conveniência e oportunidade, não gera direito a indenização.
- e) A anulação dos atos administrativos, por motivo de ilegalidade do ato, produz, em regra, efeitos não retroativos.

21 - Em relação ao controle de constitucionalidade no Direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O veto do Presidente da República a um projeto de lei, por motivo de inconstitucionalidade, representa uma forma de controle político repressivo de constitucionalidade.
- b) A declaração de inconstitucionalidade de leis e atos normativos em sede de controle abstrato exercido pelo Supremo Tribunal Federal produz, em regra, efeitos *ex tunc*, os quais podem ser modulados pela Corte em caso de decisão de 3/5 (três quintos) dos seus membros.
- c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade poderá ser proposta em face de leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais que contrariem algum dispositivo da Constituição Federal, objetivando uma decisão com efeitos vinculantes e *erga omnes*.
- d) Os efeitos vinculantes produzidos pelas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato de inconstitucionalidade impõem a observância obrigatória da Administração Pública, dos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que ficarão proibidos de praticar atos de qualquer natureza que contrariem o posicionamento da Corte.
- *e) As leis promulgadas anteriormente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 poderão ter a sua conformidade com a atual Carta Constitucional questionada pela via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma vez que a Ação Direta de Inconstitucionalidade não se presta a essa finalidade.

22 - Sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão na Constituição de República de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição, tais como saúde e educação, não podem ser exigidos diretamente perante o Poder Judiciário, pois carecem de regulamentação legislativa.
- *b) A propriedade particular poderá ser requisitada pela Administração em casos de iminente perigo público, sendo garantido ao proprietário o direito à posterior indenização, se algum prejuízo lhe for ocasionado.
- c) O direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa é assegurado nos processos judiciais e facultado nos processos administrativos, salvo nos de natureza disciplinar, nos quais sua observância será obrigatória.
- d) É admitida a identificação criminal do civilmente identificado, nas hipóteses expressamente previstas em lei ou decreto.
- e) A ação popular poderá ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

23 - Considere as seguintes afirmativas:

1. **A menoridade cessa, ordinariamente, aos dezoito anos, mas pode o menor tornar-se plenamente capaz desde que exerça atividade remunerada com a qual tenha economia própria.**
2. **Ao contrário das autarquias, as associações não poderão adotar caráter público e serem consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.**
3. **O menor, totalmente incapaz, pode exercer administração de sociedade simples ou empresária desde que representado e nos limites dos poderes atribuídos nos respectivos atos constitutivos.**
4. **A legislação brasileira optou pela ampla tutela indenizatória do direito de personalidade, além da possibilidade de tutela preventiva do direito de personalidade.**
5. **Uma das hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica que autorizará sua dissolução judicial é a confusão patrimonial.**
6. **Nas associações, é possível excluir associado desde que haja justo motivo e procedimento prevendo oportunidade de defesa e recurso, previamente previstos no estatuto.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras
- b) Somente as afirmativas 2, 4 e 6 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 4, 5 e 6 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 são verdadeiras.

24 - Assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico lesivo é aquele em que um sujeito, premido por necessidade de salvar-se de perigo real, imediato e iminente, aceita condições manifestamente desproporcionais.
- b) Estar-se-ia diante de típico caso de fraude se Fulano declarasse ceder gratuitamente a Beltrano o uso e gozo de determinado bem imóvel, mas fizesse constar em uma de suas cláusulas a obrigação de pagamento de remuneração mensal.
- *c) Se Fulano declara garantir, gratuitamente, o pagamento a Beltrano dos alugueres devidos por Cicrano, é lícito supor que não podem ser incluídos os encargos decorrentes de eventual inadimplemento da obrigação de pagamento da taxa condominial.
- d) Assim como a prescrição, o prazo de decadência pode ser renunciado tácita ou expressamente, desde que não haja prejuízos a terceiros.
- e) Em razão do princípio da boa-fé objetiva, dispensa-se a demonstração da condição de representante legal ou convencional, cabendo ao interessado buscar a comprovação que lhe assegure.

25 - Assinale a alternativa correta.

- a) Em se tratando de obrigações solidárias passivas, é lícito supor que o devedor que paga a integralidade da dívida sub-roga-se na condição de credor.
- *b) A remissão de dívida é negócio jurídico bilateral, razão pela qual o credor depende da anuência do devedor para perdoar sua dívida. Em se tratando, contudo, de obrigações indivisíveis com pluralidade de credor, cada um deles somente pode perdoar a sua quota parte.
- c) O inadimplemento absoluto da obrigação pecuniária facultará ao credor a possibilidade de pretender a resolução da obrigação e a indenização dos eventuais danos experimentados.
- d) Assim como nas obrigações de dar coisa incerta, nas obrigações alternativas a escolha da prestação cabe ao devedor. Este, por sua vez, pode impor a escolha sobre prestação diversa da devida desde que mais valiosa.
- e) O devedor pode se opor ao pagamento realizado por terceiro sempre que lhe convier, especialmente porque é direito seu realizar a prestação devida.

26 - Assinale a alternativa correta.

- *a) Beltrano adquire um veículo, cujos pneus apresentam defeito de fabricação e acabam causando acidente de trânsito em que se vitima Cicrano. Nesse caso, é lícito supor que Cicrano pode vir a ter tratamento jurídico de consumidor.
- b) A teoria da imprevisão, ou teoria da onerosidade excessiva, aplica-se aos contratos de execução continuada ou diferida que venham a se tornar excessivamente onerosos em razão de evento que prejudique a base econômica do negócio.
- c) No direito brasileiro, quanto à alienação de bem móvel, a transmissão da propriedade ocorre pela formação de contrato válido.
- d) Depois de perfeito o contrato de doação e transmitido o domínio dos bens ao donatário, os bens objeto da doação poderão retornar ao patrimônio do doador, vez que se trata de negócio jurídico gratuito.
- e) A força maior pode ser reputada como uma excludente tanto da responsabilidade objetiva como da responsabilidade subjetiva, por representar a ausência de culpa do agente do dano.

27 - Assinale a alternativa correta.

- *a) A servidão pode ser removida pelo proprietário do imóvel serviente ou pelo proprietário do imóvel dominante. Quem a remover deverá arcar com os custos disso decorrentes e não poderá prejudicar ou o uso do imóvel serviente ou do dominante.
- b) O possuidor de imóvel cuja devolução se impõe tem direito a reter o imóvel enquanto não paga a indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias que realizou enquanto esteve na posse do imóvel.
- c) Aquele que semeia ou edifica em terreno alheio tem direito a ser indenizado independentemente do valor da indenização.
- d) O imóvel abandonado pode ser arrecadado pelo município, como vago, sempre que se demonstrar, independentemente de período, a intenção de abandono.
- e) É possível, em negócio jurídico por meio do qual instituição financeira empresta, onerosamente, dinheiro a alguém, garantido por hipoteca sobre bem imóvel, a inserção de cláusula que limite a possibilidade de alienação do bem.

28 - Com base no processo civil brasileiro, sobre competência, é correto afirmar:

- a) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens imóveis serão propostas, em regra, no domicílio do réu.
- *b) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.
- c) Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do autor, por opção deste.
- d) A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio deste, ou do autor, haja vista a hipótese da representação por terceiro.
- e) É competente o foro da residência anterior do casal para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento.

29 - Quanto aos prazos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, mas interrompendo-se nos feriados, haja vista a suspensão do expediente externo.
- b) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 90 dias.
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos incluindo-se o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- *d) Não havendo preceito legal nem assinado pelo juiz, será de 5 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

30 - A segurança jurídica é um princípio universal que informa todo o ordenamento jurídico. Exsurge da visualização conjunta e integrada do influxo dos outros princípios e estará sempre presente onde houver Direito. O princípio revela-se como uma das ideias básicas do Direito, sendo percebida como dotada de forte carga axiológica. Apesar de não se encontrar positivado, o princípio da segurança jurídica resulta e ganha concreção pela aplicação harmônica e interpretação sistemática de todos os outros princípios, quando visa assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos a fim de garantir a paz social.

(QUEIROZ, Mary Elbe. *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza*. Barueri-SP: Manole, 2004, p. 60–61.)

Acerca dos princípios constitucionais tributários, considere as afirmativas abaixo:

1. **O princípio da Legalidade Tributária, previsto no artigo 150, I, da CF/88, determina que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. Entretanto, alguns tributos, como o Imposto de Importação, o Imposto de Exportação, o Imposto sobre Produtos Industrializados e os Impostos sobre Operações Financeiras, em decorrência da sua natureza extrafiscal, podem ter suas alíquotas alteradas por ato do poder executivo.**
2. **O princípio da Anterioridade, também chamado de princípio da não surpresa, visa que os contribuintes possam planejar a sua vida econômica, com o intuito de conhecer previamente quanto terão que despende do seu patrimônio para a assunção da parte da carga tributária que lhes cabe. Exemplos de tributos sujeitos à anterioridade genérica são o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, enquanto exemplos de tributos sujeitos à anterioridade nonagesial são as Contribuições Sociais.**
3. **O princípio da Seletividade determina que as alíquotas dos tributos deverão ser fixadas de acordo com a essencialidade dos produtos, sendo menores para os gêneros considerados essenciais e maiores para os supérfluos. O princípio da Seletividade é obrigatório ao Imposto sobre Produtos Industrializados e facultativo para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte e de Comunicação.**
4. **O princípio da Não Cumulatividade tributária tem por objetivo limitar a incidência dos tributos nas cadeias de produção e de circulação mais extensas, fazendo com que, a cada etapa da cadeia, o imposto somente incida sobre o valor adicionado nessa etapa. São exemplos de tributos sujeitos ao princípio da Não Cumulatividade o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte e de Comunicação e o Imposto sobre Serviços, uma vez que, em cada etapa da cadeia, o imposto pago anteriormente é compensado com o imposto devido.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

31 - Considerando que a citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender, é correto afirmar:

- *a) O comparecimento espontâneo do réu supre, dentro do processo, a falta de citação; porém, se comparecer apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou o seu advogado for intimado da referida decisão.
- b) A citação pode ser feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador, sendo este último independentemente de autorização legal, haja vista a condição própria da profissão.
- c) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor, mas não interrompe a prescrição.
- d) A citação somente pode ser feita nas hipóteses processuais legais específicas, sendo elas pelo correio, por oficial de justiça ou por edital.
- e) Admite-se a citação pelo correio como regra geral, com exceção das ações de estado, quando o réu for pessoa incapaz, quando a ré for pessoa de direito público ou privado, nos processos de execução, quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência ou quando o autor a requerer de outra forma.

32 - A tutela antecipada, efetivada no nosso direito processual desde 1994, tem como objetivo antecipar, no todo ou em parte, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Assim, é correto afirmar:

- a) No pedido feito pela parte, basta ao juiz que se convença tão somente da verossimilhança da alegação e de sua prova inequívoca, cujo efeito do dano não é aferido por conta da reversibilidade jurídica.
- b) Uma vez concedida a tutela antecipada, esta somente poderá ser revogada ou modificada em sede recursal, haja vista a ocorrência de preclusão consumativa na esfera de primeiro grau, como forma de atendimento ao princípio da segurança jurídica.
- c) O abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu não é fundamento para a concessão da tutela antecipada, haja vista que a situação resolver-se-á por perdas e danos incluídos no pedido inicial.
- d) Admitem-se as regras de tutela específica em favor da antecipada, com exceção da imposição de multa diária, pois esta depende da formação da relação jurídica concreta em que o inadimplemento é causa objetiva para o seu pedido.
- *e) É lícito o juiz conceder, em favor da parte pretendente, a imposição de medidas necessárias com o fim de alcançar sua efetivação, tais como busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, inclusive com uso de força policial.

33 - Quanto ao processo de conhecimento, dentro do capítulo das provas, é correto afirmar:

- a) Em se tratando da confissão, esta ocorre quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário, podendo ser, contudo, apenas judicial, haja vista o princípio constitucional do contraditório.
- b) Na prova documental, a incumbência quanto ao ônus probatório, em se tratando de falsidade de documento, compete à parte que produziu o documento, enquanto que, em se tratando de contestação de assinatura, à parte que a arguir.
- *c) A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso. Todavia, o juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte, ou que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.
- d) O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para entrega do laudo, incumbindo às partes, no prazo de 10 dias, contados da intimação do despacho de nomeação, indicar o assistente técnico e apresentar quesitos.
- e) O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, até a fase do saneamento do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa.

34 - Sobre o Setor Elétrico Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) A comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, no Sistema Interligado Nacional (SIN), dar-se-á mediante contratação regulada ou livre.
- b) As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) deverão garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação.
- c) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente, regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica.
- *d) As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional (SIN) poderão sempre desenvolver atividades de geração de energia elétrica e de transmissão de energia elétrica.
- e) As concessionárias e as autorizadas de geração de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional (SIN) não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

35 - Sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Ministério do Meio Ambiente estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- b) O Conselho de Governo, enquanto órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem a competência de estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- *c) De acordo com a legislação acerca do tema, os Órgãos Seccionais são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, e os Órgãos Locais são os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades nas suas respectivas jurisdições.
- d) No exercício do poder de polícia administrativa, o órgão ambiental poderá aplicar sanções referentes a condutas lesivas ao meio ambiente, bastando que estas, em consonância com o princípio da taxatividade, estejam expressa e previamente tipificadas em portaria ou resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- e) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão encarregado de estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e executar a política nacional do meio ambiente, podendo agir administrativa ou judicialmente.

36 - Considere as seguintes afirmativas:

1. **Consoante a jurisprudência predominante, é desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.**
2. **De acordo com a jurisprudência predominante, presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior.**
3. **Conforme a jurisprudência do TST, para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.**
4. **Segundo o TST, o conceito de mesma localidade enunciado no art. 461 da CLT diz respeito à mesma célula empresarial, sendo vedada a equiparação com paradigma lotado em estabelecimento diverso do paragonado.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- *e) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

37 - Com relação aos crimes ambientais, assinale a alternativa que apresenta as penas previstas para a pessoa física, de acordo com a Lei 9.605/98.

- *a) Prestação de serviços à comunidade, prestação pecuniária, pena privativa de liberdade e recolhimento domiciliar.
- b) Prestação pecuniária, banimento, prestação de serviços à comunidade e recolhimento domiciliar.
- c) Prestação pecuniária, limitação de final de semana, multa e pena privativa de liberdade.
- d) Prestação pecuniária, limitação de final de semana, recolhimento domiciliar, multa, pena privativa de liberdade e prestação de serviços à comunidade.
- e) Prestação de serviços à comunidade, pena privativa de liberdade, prestação pecuniária e banimento.

38 - Considere as seguintes afirmativas:

1. Segundo a CLT, o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho.
2. Consoante a jurisprudência predominante, a incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que não gera o direito às horas "in itinere".
3. De acordo com a jurisprudência predominante, a insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas "in itinere".
4. Conforme a jurisprudência do TST, se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

39 - Sobre as respostas do réu no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- a) A doutrina e a jurisprudência predominantes não admitem a aplicação subsidiária da reconvenção no Direito Processual do Trabalho, porque a afirmam incompatível com as regras e princípios deste ramo do Direito.
- b) No âmbito do Direito Processual do Trabalho, o prazo de resposta da Pessoa Jurídica de Direito Público é de 60 dias, eis que há que se contar em quádruplo o prazo de 15 previsto no CPC, aplicável subsidiariamente àquele ramo do Direito.
- *c) Segundo a legislação vigente, das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.
- d) A contestação deve ser obrigatoriamente escrita, não se admitindo, no Direito Processual do Trabalho, que seja oral, por apego à celeridade e à economia indispensáveis à breve dissolução da lide.
- e) No Direito Processual do Trabalho, a única resposta possível é a contestação, arguindo-se, por meio de tal petição, todas as exceções processuais e de mérito em direito admitidas.

40 - Considere as seguintes afirmativas:

1. Consoante a legislação vigente, cabe recurso de revista das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
2. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
3. Conforme a jurisprudência predominante, considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.
4. Da sentença resolutória de embargos de terceiros, no Direito Processual do Trabalho, cabe Recurso Ordinário, no prazo de 8 dias, nos termos do que dispõe a CLT.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- *b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.